

Brasil é denunciado por descumprir legislação internacional sobre biossegurança

Entidades da sociedade civil entregam documento ao Comitê de Cumprimento do Protocolo de Cartagena da ONU, apontando falta de ação do governo brasileiro em relação a plantios ilegais e ausência de estudos sobre os riscos do milho transgênico. Bonn (Alemanha) - 13 de maio de 2008 -

O governo brasileiro foi denunciado nesta terça-feira, durante a reunião das partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, por descumprir o tratado ao não adotar medidas para evitar riscos à biodiversidade e à saúde humana no Brasil e por não exigir estudos sobre o impacto do milho transgênico no meio ambiente do país.

O documento com a denúncia foi assinado por seis entidades da sociedade civil brasileira, que representam pequenos agricultores, agricultores ecológicos, consumidores, ambientalistas e organizações de direitos humanos.

A 4ª reunião das partes do Protocolo de Cartagena começou ontem, em Bonn, na Alemanha, e termina na próxima sexta-feira (16/5). "Descumprindo o Protocolo e também a legislação nacional, o governo brasileiro está incentivando ilegalidades e desrespeitando direitos das comunidades locais e consumidores. Isso é inaceitável", declarou Darci Frigo, da Terra de Direitos. Essa é a primeira vez que uma denúncia como esta é realizada no âmbito do Protocolo de Biossegurança. Para as organizações, o comportamento do governo brasileiro representa riscos para o planeta, por se tratar de um país com grande biodiversidade e por ser um grande exportador de alimentos.

A denúncia apresentada hoje se baseia em dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e pede a suspensão das decisões que liberaram o plantio comercial de milho transgênico no país. "O governo brasileiro não poderia ter simplesmente desconsiderado o parecer das agências públicas federais de saúde e de meio ambiente. É muito grave que Anvisa e o Ibama tenham apontado várias questões de extrema gravidade e que estas questões tenham sido ignoradas pelo governo", disse Andrea Salazar, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). "Isso representa um claro descumprimento do Protocolo de Cartagena, que obriga os países a tomarem medidas eficazes para evitar ou reduzir ao máximo os riscos para a saúde e ao meio ambiente. A postura do Brasil põe consumidores brasileiros e de todo o mundo em risco, já que o Brasil é um grande exportador de alimentos".

Maria José da Costa, da Via Campesina destaca que: "o Governo Brasileiro está desrespeitando os agricultores e colocando em risco a agrobiodiversidade da qual dependemos. Esta irresponsabilidade do Governo afeta todo o planeta, já que o Brasil é grande detentor de biodiversidade, sendo que é centro de origem do algodão e de diversidade do milho. Os

movimentos camponeses do Brasil continuarão lutando contra a liberação dos transgênicos e os interesses das transnacionais da biotecnologia”.

Para Gabriel Fernandes, da AS-PTA, o governo brasileiro nunca tratou com seriedade a análise de risco no Brasil. “Os plantios ilegais de transgênicos foram legalizados com decisões absurdas, desconsiderando totalmente os direitos de agricultores e consumidores que não querem plantar e consumir transgênicos. O Protocolo de Cartagena é muito claro ao determinar a obrigatoriedade de medidas para conter o contrabando ilegal, mas o governo brasileiro sempre fez o oposto”.

Além de destacar a inação do governo brasileiro em relação aos plantios ilegais, as organizações também denunciaram o descaso com a decisão da última reunião das partes do Protocolo – que aconteceu em Curitiba, em 2006 e que determinou, quando possível, a identificação dos carregamentos com organismos vivos modificados (OVMs) destinados à exportação.

“O governo brasileiro têm se esquivado, sistematicamente, de implementar qualquer mecanismo para garantir a identificação adequada dos produtos transgênicos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional”, alertou Gabriela Vuolo, do Greenpeace.

As organizações solicitam, na denúncia, que o Comitê de Cumprimento do Protocolo de Cartagena receba as informações e documentos oficiais, analise e notifique o Brasil sobre o descumprimento das normas.

-- Contatos para imprensa:

No Brasil: Andrea Salazar, Darci Frigo

Na Alemanha: Maria Rita Reis Marijane Lisboa, Gabriel Fernandes, Gabriela Vuolo

Mais Informações:

1. Quem fez a denúncia?

AAO – Associação de Agricultura Orgânica, organização brasileira que reúne agricultores e consumidores de produtos orgânicos, com sede em São Paulo.

ANPA - Associação Nacional de Pequenos Agricultores, associação civil sem finalidade lucrativa com sede em São Miguel do Oeste (SC), que congrega cerca de 100 associações e cooperativas de pequenos agricultores em todo o Brasil, envolvendo direta e indiretamente, mais de 80.000 pequenos agricultores;

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, associação civil, instituição de utilidade pública e de caráter filantrópico, com sede Rio de Janeiro, e que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento da

agricultura brasileira com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar;

Greenpeace Brasil, organização independente que faz campanhas por meio de confrontos não-violentos para expor os problemas ambientais globais e alcançar soluções que são essenciais a um futuro verde e pacífico;

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, associação civil sem finalidade lucrativa e apartidária, tem como objetivo a defesa dos consumidores, na sua acepção mais ampla, representando-o nas relações jurídicas de qualquer espécie, inclusive com o Poder Público; Terra de Direitos, organização civil pelos Direitos Humanos, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de defesa dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, com sede em Curitiba, Paraná.

2. O que é o Protocolo de Cartagena?

O Protocolo de Cartagena é um acordo internacional no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica da ONU que tem como objetivo proteger a diversidade biológica e também a saúde humana frente aos riscos dos transgênicos, considerando os movimentos transfronteiriços de espécies transgênicas. Está em vigor desde 2003 e tem 143 países membro.

3. O que é o Comitê de Cumprimento do Protocolo de Cartagena?

O Comitê de Cumprimento é um órgão do Protocolo, formado por 15 membros e que tem como objetivo contribuir para que as partes implementem o Protocolo e também analisar e determinar providências em casos de descumprimento.

4. Quais as consequências para o Brasil?

Não se sabe ao certo, porque a denúncia é inédita e também porque ainda está em discussão as medidas específicas cabíveis em caso de descumprimento do Protocolo de Cartagena. De qualquer forma, o desrespeito do governo brasileiro é constrangedor e deve servir de alerta para o Planeta, devido às características do Brasil de megabiodiversidade e de grande exportador de alimentos